Índice

Dados da Empresa	
Composição do Capital	
DFs Individuais	
Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	
Demonstração do Fluxo de Caixa	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	10
DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	
Demonstração do Valor Adicionado	
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	20
Pareceres e Declarações	
Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	43

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2015	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	6.988.146.121	
Preferenciais	6.988.146.121	
Total	13.976.292.242	
Em Tesouraria		
Ordinárias	0	
Preferenciais	0	
Total	0	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.348.895	1.396.635
1.01	Ativo Circulante	113.676	161.625
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	38.741	93.079
1.01.03	Contas a Receber	66.291	55.863
1.01.03.01	Clientes	66.291	55.863
1.01.03.01.01	Contas a receber	4.751	2.680
1.01.03.01.02	Contas a Receber de partes relacionadas	61.540	53.183
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.819	6.603
1.01.07	Despesas Antecipadas	684	2.395
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.141	3.685
1.01.08.03	Outros	6.141	3.685
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à Concessão	3.297	3.297
1.01.08.03.02	Outros Créditos	2.844	388
1.02	Ativo Não Circulante	1.235.219	1.235.010
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	175.314	150.316
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	121	115
1.02.01.01.03	Conta Reserva	121	115
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.346	386
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	1.346	386
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	173.847	149.815
1.02.01.09.03	Depositós judiciais	972	793
1.02.01.09.04	Pagamentos antecipados relacionados a concessão	157.459	143.238
1.02.01.09.05	Outros créditos	69	115
1.02.01.09.06	Contas a receber com operações de derivativos	15.347	5.669
1.02.03	Imobilizado	58.431	64.900
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	50.633	54.699
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	7.798	10.201
1.02.04	Intangível	1.001.474	1.019.794
1.02.04.01	Intangíveis	1.001.474	1.019.794

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.348.895	1.396.635
2.01	Passivo Circulante	426.046	427.036
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.444	9.775
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.054	1.323
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.390	8.452
2.01.02	Fornecedores	21.132	21.107
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	21.052	20.874
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	80	233
2.01.03	Obrigações Fiscais	50.885	62.489
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	46.400	58.147
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	42.549	52.839
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	3.851	5.308
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.485	4.342
2.01.03.03.01	ISS a recolher	4.485	4.342
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	305.579	305.882
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	116	135
2.01.04.02	Debêntures	305.463	305.747
2.01.05	Outras Obrigações	23.723	26.595
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.576	3.028
2.01.05.02	Outros	19.147	23.567
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	8.815
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	1.254	1.239
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	6.430	5.755
2.01.05.02.06	Contas a pagar com operações de derivativos	11.463	7.758
2.01.06	Provisões	14.283	1.188
2.01.06.02	Outras Provisões	14.283	1.188
2.01.06.02.04	Provisão de manutenção	14.283	1.188
2.02	Passivo Não Circulante	516.775	738.509
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	393.578	608.273
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	98	185
2.02.01.02	Debêntures	393.480	608.088
2.02.02	Outras Obrigações	41.816	44.305
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	39.621	39.621
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	39.621	39.621
2.02.02.02	Outros	2.195	4.684
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.724	1.724
2.02.02.02.04	Obrigações com o poder concedente	0	2.253
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	471	707
2.02.03	Tributos Diferidos	50.946	52.446
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	50.946	52.446
2.02.04	Provisões	30.435	33.485
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.027	4.128
	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	4.027	4.128
2.02.04.02	Outras Provisões	26.408	29.357
	Provisão de manutenção	26.408	29.357
2.03	Patrimônio Líquido	406.074	231.090

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.642	2.642
2.03.04	Reservas de Lucros	44.685	88.685
2.03.04.01	Reserva Legal	27.953	27.953
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	16.697	60.697
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	35	35
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	218.984	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	256.821	715.566	240.730	682.665
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-95.981	-262.057	-87.904	-244.352
3.02.01	Custo de Construção	-21.546	-44.962	-17.287	-49.378
3.02.02	Provisão de Manutenção	-4.641	-13.215	-3.490	-10.081
3.02.03	Depreciação e Amortização	-23.723	-69.074	-21.509	-62.375
3.02.04	Custo da Outorga	-14.624	-42.502	-14.235	-41.148
3.02.05	Serviços	-15.550	-46.779	-18.166	-41.850
3.02.06	Custo com Pessoal	-9.603	-28.506	-8.932	-25.949
3.02.07	Materiais Equipamentos e Veículos	-2.675	-6.511	-1.891	-6.292
3.02.09	Outros	-3.619	-10.508	-2.394	-7.279
3.03	Resultado Bruto	160.840	453.509	152.826	438.313
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-17.984	-52.358	-18.622	-56.472
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.946	-52.678	-18.780	-56.681
3.04.02.01	Serviços	-7.668	-20.970	-7.104	-21.690
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-4.526	-13.371	-4.260	-12.370
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-4.088	-12.104	-3.937	-12.671
3.04.02.04	Materiais Equipamentos e Veículos	-179	-505	-181	-479
3.04.02.05	Outros	-1.485	-5.728	-3.298	-9.471
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	16	518	168	251
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-54	-198	-10	-42
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	142.856	401.151	134.204	381.841
3.06	Resultado Financeiro	-23.972	-71.123	-19.946	-58.244
3.06.01	Receitas Financeiras	16.428	41.146	2.478	10.891
3.06.02	Despesas Financeiras	-40.400	-112.269	-22.424	-69.135
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	118.884	330.028	114.258	323.597
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-40.072	-111.044	-38.549	-109.582
3.08.01	Corrente	-41.024	-112.544	-41.159	-112.161
3.08.02	Diferido	952	1.500	2.610	2.579

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
Resultado Líquido das Operações Continuadas	78.812	218.984	75.709	214.015
Lucro/Prejuízo do Período	78.812	218.984	75.709	214.015
Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
Lucro Básico por Ação				
ON	0,00537	0,01492	0,00516	0,01458
PN	0,00591	0,01641	0,00567	0,01604
Lucro Diluído por Ação				
ON	0,00537	0,01492	0,00516	0,01458
PN	0,00591	0,01641	0,00567	0,01604
	Resultado Líquido das Operações Continuadas Lucro/Prejuízo do Período Lucro por Ação - (Reais / Ação) Lucro Básico por Ação ON PN Lucro Diluído por Ação ON	01/07/2015 à 30/09/2015 Resultado Líquido das Operações Continuadas 78.812 Lucro/Prejuízo do Período 78.812 Lucro por Ação - (Reais / Ação) - (Reais / Ação) Lucro Básico por Ação 0,00537 PN 0,00591 Lucro Diluído por Ação 0,00537	Resultado Líquido das Operações Continuadas 78.812 218.984 Lucro/Prejuízo do Período 78.812 218.984 Lucro por Ação - (Reais / Ação) 78.812 218.984 Lucro Básico por Ação 00 0,00537 0,01492 PN 0,00591 0,01641 Lucro Diluído por Ação 0,00537 0,01492	Resultado Líquido das Operações Continuadas 78.812 218.984 75.709 Lucro/Prejuízo do Período 78.812 218.984 75.709 Lucro por Ação - (Reais / Ação) 78.812 218.984 75.709 Lucro por Ação - (Reais / Ação) 8.812 218.984 75.709 Lucro Básico por Ação 8.812 8.812 218.984 75.709 ON 0,00537 0,01492 0,00516 PN 0,00537 0,01492 0,00567 Lucro Diluído por Ação 0,00537 0,01492 0,00516 ON 0,00537 0,01492 0,00516

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	78.812	218.984	75.709	214.015
4.03	Resultado Abrangente do Período	78.812	218.984	75.709	214.015

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Anterior	
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	351.628	324.371	
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	395.723	369.871	
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	218.984	214.015	
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-1.500	-2.579	
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	2.473	2.473	
6.01.01.04	Depreciação e amortização	71.302	64.312	
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado e intangível	217	148	
6.01.01.06	Amortização Direito Concessão Aquis. Negócios	11.143	10.433	
6.01.01.07	Juros e var. monetária sobre debêntures e financiamentos	85.770	67.593	
6.01.01.08	Constituição (reversão) da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdênciárias	825	2.410	
6.01.01.09	Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	74	-157	
6.01.01.10	Constituição (reversão) da provisão de manutenção	13.215	10.081	
6.01.01.11	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	2.563	2.318	
6.01.01.12	Juros sobre impostos parcelados	0	3.071	
6.01.01.13	Capitalização de custos de empréstimos	-8.873	-4.247	
6.01.01.19	Resultado de operações de derivativos e valor justo s/ debêntures (fair value option)	-4.393	0	
6.01.01.20	Juros sobre mútuos	3.923	0	
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-44.095	-45.500	
6.01.02.01	Contas a receber	-2.145	-551	
6.01.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	-9.317	-9.070	
6.01.02.03	Tributos a recuperar	4.784	-2.214	
6.01.02.04	Pagamentos antecipados relacionados a concessão	-16.694	-14.647	
6.01.02.05	Despesas antecipadas e outras	-878	4.143	
6.01.02.07	Fornecedores	-615	10.774	
6.01.02.08	Fornecedores - Partes relacionadas	62	1.942	
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	669	427	
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e provisão para impostos de renda e contribuição social	108.462	107.701	
6.01.02.11	Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	-120.066	-117.283	
6.01.02.12	Realização da provisão de manutenção	-5.632	-23.543	
6.01.02.13	Obrigações com poder concedente	-2.238	-3.045	
6.01.02.16	Outras contas a pagar	439	606	
6.01.02.17	Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciarios	-926	-740	
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-48.360	-56.754	
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-6.729	-11.022	
6.02.02	Adições ao ativo intangível	-41.631	-45.732	
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-357.606	-372.095	
6.03.01	Resgates/Aplicações (Conta Reserva)	-6	-5	
6.03.02	Financiamentos e debêntures (Pagamentos de principal)	-211.761	-175.487	
6.03.03	Financiamentos e debêntures (Pagamento de juros)	-82.304	-52.368	
6.03.05	Dividendos pagos	-52.815	-144.235	
6.03.08	Liquidação de operações com derivativos	-8.283	0	
6.03.09	Mútuos com partes relacionadas - pagamentos	-2.437	0	

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-54.338	-104.478
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	93.079	171.226
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	38.741	66.748

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	88.685	0	0	231.090
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	88.685	0	0	231.090
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-44.000	0	0	-44.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-44.000	0	0	-44.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	218.984	0	218.984
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	218.984	0	218.984
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	44.685	218.984	0	406.074

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.677	172.208	0	0	314.648
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.677	172.208	0	0	314.648
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-144.235	0	0	-144.235
5.04.06	Dividendos	0	0	-144.235	0	0	-144.235
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	214.015	0	214.015
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	214.015	0	214.015
5.07	Saldos Finais	139.763	2.677	27.973	214.015	0	384.428

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	787.848	746.917
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	770.583	734.391
7.01.02	Outras Receitas	17.265	12.526
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-147.712	-145.026
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-62.440	-54.140
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-27.095	-31.427
7.02.04	Outros	-58.177	-59.459
7.02.04.01	Provisão de Manutenção	-13.215	-10.081
7.02.04.02	Custo de Construção	-44.962	-49.378
7.03	Valor Adicionado Bruto	640.136	601.891
7.04	Retenções	-82.445	-74.745
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-82.445	-74.745
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	557.691	527.146
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	41.146	10.891
7.06.02	Receitas Financeiras	41.146	10.891
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	598.837	538.037
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	598.837	538.037
7.08.01	Pessoal	35.764	33.989
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.471	23.729
7.08.01.02	Benefícios	9.140	8.088
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.373	1.309
7.08.01.04	Outros	780	863
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	179.817	174.436
7.08.02.01	Federais	142.925	139.621
7.08.02.02	Estaduais	206	162
7.08.02.03	Municipais	36.686	34.653
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	164.272	115.597
7.08.03.01	Juros	120.829	73.305
7.08.03.02	Aluguéis	941	1.144
7.08.03.03	Outras	42.502	41.148
7.08.03.03.01	Outorga	42.502	41.148
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	218.984	214.015
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	218.984	214.015

Informações Trimestrais

Comentários Sobre o Desempenho - 3º trimestre 2015

As informações financeiras e operacionais descritas abaixo, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 3T14.

Principais Destaques

- A Receita líquida operacional alcançou R\$ 235,3 milhões (5,3%);
- ➤ O Lucro líquido atingiu R\$ 78,8 milhões (4,1%);
- ➤ O EBIT ajustado atingiu R\$ 148,3 milhões (7,2%);
- ➤ O EBITDA ajustado atingiu R\$ 176,6 milhões (7,5%).

Indicadores [R\$ MM]	3°T15	3°T14	Var.%
Receita Líquida Operacional (*)	235,3	223,4	5,3%
EBIT Ajustado	148,3	138,4	7,2%
Margem EBIT Ajustada	63,0	62,0	+ 1,1 p.p.
EBITDA Ajustado	176,6	164,2	7,5%
Margem EBITDA Ajustada	75,1	73,5	+ 1,6 p.p.
Lucro Líquido	78,8	75,7	4,1%

^(*) Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos diretos.

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq1

Em unid. ²	3º T15	3º T14	Var.%
Veículos Equivalentes	32.255.706	32.179.518	0,2%
Veículos Leves (Eq)	17.838.979	17.661.285	1,0%
Veículos Pesados (Eq)	14.416.727	14.518.233	-0,7%

- 1. Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.
- 2. Nas praças de pedágio, onde a cobrança é unidirecional, o seu volume de tráfego foi dobrado para se ajustarem àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Tráfego Consolidado (+0,2%)

PÁGINA: 13 de 43

O Tráfego consolidado do 3T15 registrou crescimento de 0,2% em relação ao 3T14, com efeito calendário de 1,0% sobre o ano anterior. O efeito calendário refere-se ao mês de Julho devido à realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014 e a mobilidade do feriado da Independência que em 2014 foi num domingo.

Veículos de Passeio (+1,0%)

O 3T15 teve crescimento de 1,0% sobre o mesmo período do ano anterior, com efeito calendário de 1,4% devido à Copa do Mundo, com destaque para o tráfego pendular da região metropolitana de São Paulo.

Veículos Comerciais (-0,7%)

A movimentação de veículos comerciais no 3T15 foi 0,7% menor comparada ao 2T14, com efeito calendário de +0,6% influenciado pela realização da Copa do Mundo em 2014. Ainda assim, registra-se queda frente ao ano anterior, visto que o tráfego comercial sofre impacto da retração na produção industrial brasileira, cujo resultado é fortemente influenciado pela produção de veículos, que tem importante polo de produção de componentes na região de Sorocaba.

Reajustes de tarifas de pedágio

Vide contexto operacional.

1. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional

Receita bruta [R\$ mil]	3°T15	3°T14	Var.%
Receita de pedágio	254.080	241.337	5,3%
Receitas acessórias	3.400	3.296	3,2%
Receita bruta operacional	257.480	244.633	5,3%
Receita bruta de construção [R\$ mil]	3°T15	3°T14	Var.%
Total	21.546	17.287	24,6%

Receita de Construção

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deverá reconhecer a Receita e o Custo de Construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Para a CCR ViaOeste, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Os valores de investimentos da CCR ViaOeste acompanham o Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. Neste trimestre a principal obra realizada na Rodovia Raposo Tavares – SP 270 foi a Implantação de contorno da cidade de São Roque.

Receita Líquida Operacional

A Receita Líquida Operacional do 3T15 cresceu 5,3% em relação ao 3T14, influenciado principalmente pelo reajuste tarifário de 2014. Consequentemente, o mesmo crescimento foi apresentado nos tributos incidentes sobre a Receita

PÁGINA: 14 de 43

Operacional Bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total somam 5,3%.

Custos e Despesas Totais

Custos e Despesas [R\$ mil]	3°T15	3°T14	Var.%
Custo de Construção	21.546	17.287	24,6%
Provisão de Manutenção	4.641	3.490	33,0%
Depreciação e Amortização	28.249	25.769	9,6%
Custos da Outorga	14.624	14.235	2,7%
Serviços de Terceiros	23.218	25.270	-8,1%
Custo com pessoal	13.691	12.869	6,4%
Materiais, Equipamentos e Veículos	2.854	2.072	37,7%
Outros	5.142	5.534	-7,1%
Custos e Despesas Totais	113.965	106.526	7,0%

O custo total da concessionária aumentou R\$ 7.439 milhões no 3T15, quando comparado ao mesmo período de 2014. As principais alterações estão mencionadas a seguir:

Custo de Construção: O aumento de 24,6% no 3T15, comparado com o 3T14, é reflexo dos investimentos nas rodovias Presidente Castello Branco e Rodovia Raposo Tavares, realizados conforme cronograma de contratos e mencionado nos itens acima.

Provisão de Manutenção: Neste trimestre houve um aumento de 33,0%, em comparação com o 3T14, associada à provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento.

Depreciação e Amortização: Reflexo das transferências dos ativos em andamento para o ativo definitivo, bem como a depreciação e amortização dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia.

Custo da Outorga: Estes custos são impactados pelo desempenho da receita operacional.

Serviços de Terceiros: Despesas com prestação de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial das rodovias, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. No 3T15 verificou-se uma diminuição de 8,1% em relação ao 3T14, justificado pela economia em custo direto realizado no período.

Custos com Pessoal: No 3T15 houve um aumento de R\$ 822 mil em relação ao mesmo período de 2014, em função do dissídio ocorrido em abril de 2015.

Materiais, Equipamentos, Veículos e Outros: Os custos do 3T15 foram 37,7% maiores em relação ao 3T14, impactados principalmente pelo reajuste de energia elétrica, combustíveis e materiais para manutenção e conservação

EBITDA

PÁGINA: 15 de 43

Reconciliação EBITDA [R\$ MM]	3°T15	3°T14	Var.%
Lucro Líquido	78,8	75,7	4,1%
(+) IR/CS	40,1	38,5	4,2%
(+) Resultado Financeiro Líquido	24,0	19,9	20,3%
(+) Depreciação e Amortização	28,2	25,8	9,6%
EBITDA (a)	171,1	159,9	7,0%
Margem EBITDA (a)	66,6	66,4	+ 0,2 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	0,8	0,8	0,0%
(+) Provisão de manutenção (c)	4,6	3,5	33,0%
EBITDA Ajustado	176,6	164,2	7,5%
Margem EBITDA Ajustada (d)	75,1	73,5	+ 1,6 p.p.

⁽a) Cálculo realizado segundo Instrução CVM 527/2012.

EBIT

Reconciliação EBIT [R\$ MM]	3°T15	3°T14	Var.%
Lucro Líquido	78,8	75,7	4,1%
(+) IR/CS	40,1	38,5	4,2%
(+) Resultado Financeiro Líquido	24,0	19,9	20,3%
EBIT (a)	142,9	134,1	6,5%
Margem EBIT (a)	55,6	55,7	-0,1 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	0,8	0,8	0,0%
(+) Provisão de manutenção (c)	4,6	3,5	33,0%
EBIT Ajustado	148,3	138,4	7,2%
Margem EBIT Ajustada (d)	63,0	62,0	+ 1,1 p.p.

⁽a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

Resultado Financeiro Líquido

PÁGINA: 16 de 43

⁽b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras.

⁽c) A provisão de manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas.

⁽d) A Margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

⁽b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras.

⁽c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada, pois se trata de item não caixa das demonstrações financeiras.

⁽d) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Resultado Financeiro Líquido [R\$ MM]	3°T15	3°T14	Var.%
Despesas Financeiras	(40,4)	(22,4)	80,4%
Financiamentos - Juros e Var. Monet.	(41,4)	(22,6)	83,2%
Taxas, Comissões e Outros	2,0	0,9	122,2%
Ajuste a VP da Provisão de Manut.	(1,0)	(0,7)	42,9%
Receitas Financeiras	16,4	2,5	563,0%
Rendimento sobre aplicações Financ	1,9	1,9	-0,8%
Outras receitas financeiras	14,5	0,6	2403,8%
Resultado Financeiro	(24,0)	(19,9)	20,3%

O Resultado Financeiro do 3T15 está 20,3% superior ao 3T14, em virtude dos juros incorridos sobre as Debêntures vigentes, reflexo basicamente do aumento do CDI.

2. Investimentos

A CCR ViaOeste tem investido em melhorias na segurança das rodovias do Sistema Castello Raposo, assim como na recuperação do pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários, rodovias de melhor qualidade.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes [un]	3°T15	3°T14	Var.%
Total de acidentes	879	850	3,4%
Total de vítimas	581	525	10,7%

A CCR ViaOeste trabalha para o aprimoramento da segurança dos usuários que utilizam suas rodovias. Com o apoio da Polícia Militar Rodoviária, realiza o monitoramento das rodovias por meio de câmeras e inspeção de tráfego, campanhas educativas e ações de engenharia. O 3T15 apresentou aumento de acidentes e vítimas na comparação com o mesmo período do ano anterior, diferente do observado no 1º Semestre de 2015, que apresentou redução da ordem de 12% na quantidade de acidentes e 15% no número de vítimas.

4. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural

Com relação aos projetos socioculturais e esportivos, foram realizados nos municípios do entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste os seguintes Projetos:

Estrada para Cidadania: Conjunto de ações de caráter educacional que visa consolidar conceitos de Educação para o Trânsito, Cidadania e Meio Ambiente, realizado em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, para os alunos do 4º e 5º ano do ensino fundamental, em 17 cidades no entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste.

Estrada para Saúde: Instalado na área de descanso, situado no km 57 da Rodovia Castello Branco - SP 280, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferece diariamente e gratuitamente, a verificação de glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), corte de cabelo e massagem bioenergética. Disponibiliza ainda aos usuários espaço com lavanderia, chuveiros, além de um amplo estacionamento para 50 carretas.

PÁGINA: 17 de 43

Pintura Solidária: Oficinas de pintura, voltadas para instituições em geral (APAE, hospitais, creches, abrigos, etc.), tendo como objetivo a inclusão cultural e a ampliação do acesso a cultura, promovendo a igualdade e a dignidade para todos. Ao todo, seis municípios são atendidos, sendo 01 (uma) instituição beneficiada em cada cidade.

Fundação Tênis: Programa educacional esportivo com linha pedagógica na educação olímpica e desenvolve os valores de amizade, respeito e excelência. O projeto é realizado em escolas do município de Santana de Parnaíba.

Karatequinha: O projeto tem por objetivo proporcionar às crianças e adolescentes de 5 a 18 anos, no contra-turno escolar, esporte, disciplina, ética e autocontrole por meio do Karatê, visando a formação do caráter de crianças e adolescentes na cidade de São Roque. Além da prática esportiva, são oferecidas atividades culturais e de lazer, realização de encontros com os pais, além de encaminhamento para cursos de qualificação profissional através de parcerias com instituições de ensino. Também são oferecidos pelo projeto, aulas de espanhol, inglês, informática, música, biblioteca e recreações (jogos, brinquedos, vídeo-game, etc.) aos participantes que apresentam ótimo desempenho escolar.

Projeto Sacolona – O Sacolona é um projeto socioambiental que transforma lonas e banners que seriam descartados, em criativos produtos ecologicamente corretos, revertendo lixo em um negócio rentável. Em parceria com uma Associação de Costureiras de Santana de Parnaíba, as lonas e banners são doados e a associação idealiza os produtos e viabiliza a confecção dos itens (corte e costura, comercialização e administração do negócio).

Imagem da Arte - Realiza oficinas de fotografia digital para estudantes e professores, ações de multiplicação e, posteriormente, a formatura e exposições das obras resultantes das oficinas. Barueri / Mairinque / Aluminio e São Roque (escola particular).

Rugby Cidadania - Apoio ao projeto de Rugby desenvolvido pelo Corinthians-Barueri Rugby em parceria com o Grêmio Recreativo de Barueri (GRB), órgão ligado à Secretaria de Esportes municipal. São desenvolvidas atividades com jovens segmentados em times masculinos e femininos, nas categorias M12, M14, M16 e M18.

P.A.R.T.Y – **Na Direção da Vida** - Programa de palestras sobre segurança viária para alunos do ensino médio de Sorocaba. A ação também contempla visitação às diversas áreas do Hospital Regional.

Teatro de Mãos Dadas - Teatro sobre segurança viária, direcionada aos alunos de ensino fundamental (5 a 7 anos). A ação é feita voluntariamente por colaboradores da empresa.

Rota da Saúde - O Programa consiste em um treinamento, no qual uma equipe de instrutores da concessionária oferece aulas de APH para profissionais da área da Saúde, como enfermeiros, condutores de ambulâncias, técnicos e auxiliares de enfermagem. O programa é realizado em parceria com as secretarias municipais de saúde.

Lacre Solidário - Campanha de arrecadação de lacres de alumínio para troca de cadeiras de rodas. A campanha é realizada por colaboradores, fundos sociais e secretarias de educação.

BuZum! - O teatro itinerante leva às cidades e periferias um espetáculo que conta a história da cidade e da evolução dos meios de transportes, desde o aparecimento da roda até a influência destes transportes nas vidas das pessoas e na modernização das sociedades.

Ler é uma Viagem - Projeto de Oficina de narração de histórias em sala de aula com música ao vivo. Este ano foi apresentado o livro Dom Quixote das crianças, de Monteiro Lobato, com oficina criativa de escrita para professores do Programa Estrada para a Cidadania.

5. Considerações Finais

PÁGINA: 18 de 43

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

PÁGINA: 19 de 43

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de setembro de 2015

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº. 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo. A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço da sede é na Rod. Presidente Castello Branco, S/N - KM 24 – sentido capital, lado par, conjunto norte, bairro Jardim Mutinga na cidade de Barueri, no estado de São Paulo. A controladora final da Companhia é a CCR S.A.

Neste trimestre e período de nove meses não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Entre o fim do último exercício e o trimestre corrente, não ocorreram alterações substanciais no andamento dos processos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, exceto os divulgados abaixo:

(i) Termo Aditivo Modificativo nº 12/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela ViaOeste solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a ViaOeste apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a ViaOeste apresentou suas alegações finais. Em 05 de maio de 2014, a Artesp encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a Artesp ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1019684-41.2014.8.26.0053 contra a ViaOeste pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 12/06.

A ViaOeste ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1027970-08.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a Artesp pleiteando a declaração de validade do TAM nº 12/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Atualmente as referidas ações encontram-se em fase de provas, tendo sido deferida a realização de perícia econômica para dirimir a controvérsia de ambas as ações.

(ii) Reajuste Tarifário de 2014

PÁGINA: 20 de 43

A Artesp determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido a compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 1º de julho de 2014 a Concessionária propôs ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer, visando a regularidade do Contrato com aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015 foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015 foram opostos embargos de declaração pela ViaOeste, pela Artesp e pelo Estado de São Paulo. Após decisão proferida nos embargos de declaração, Artesp e Estado de São Paulo interpuseram recursos de Apelação, que aguardam julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

(iii) Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em 05 de janeiro de 2013, a Companhia divulgou fato relevante ao mercado que foi celebrado, em 15 de dezembro de 2011, o TAM nº 22/2011 ao Contrato de Concessão nº 003/CR/1998 com a Artesp.

Referido TAM tinha como objeto (i) a alteração do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, de Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A); e (ii) o estabelecimento do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao índice original do contrato (IGP-M) e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário (IPC-A).

Em 29 de junho de 2015 foi celebrado Termo de Retirratificação ao TAM celebrado, com o objetivo de: (i) adotar como índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPC-A, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecer o procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração.

Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor da Concessionária, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pela Concessionária, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, na forma prevista no Anexo 4 do Edital de Licitação.

O procedimento de revisão contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração do índice de reajuste da tarifa de pedágio será realizado a cada dois anos (bienal), considerando-se os montantes de desequilíbrio apurados anualmente, mediante processo administrativo específico instaurado pela Artesp no mês de julho, a cada dois anos de vigência deste instrumento, periodicidade que poderá ser alterada de comum acordo entre as partes, a partir do 5º ano.

O primeiro de tais processos administrativos dirá respeito ao biênio compreendido entre 1ºde julho de 2013 e 30 de junho de 2015 e deverá ser instaurado em 2015.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências, a qual foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais foram aprovadas pela Administração da Companhia em 26 de outubro de 2015.

3. Principais práticas contábeis

Neste período não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

4. Determinação dos valores justos

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 312.370, substancialmente composto por debêntures, conforme mencionado na nota explicativa nº 14. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	1.606	2.483
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	37.135	90.596
	38.741	93.079

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,86% do CDI, equivalente a 13,07% ao ano (10,73% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2014).

7. Contas a receber

	30/09/2015	31/12/2014
Circulante		
Pedágio eletrônico - outros (a)	4.261	2.134
Receitas acessórias (b)	673	655
	4.934	2.789
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(183)	(109)
	4.751	2.680

Idade de Vencimento dos Títulos

	30/09/2015	31/12/2014
Créditos a vencer	4.676	2.559
Créditos vencidos até 60 dias	59	105
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	16	16
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	34	24
Créditos vencidos há mais de 180 dias	149	85
	4.934	2.789

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	118.884	330.028	114.258	323.597
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(40.421)	(112.210)	(38.848)	(110.023)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes Despesas indedutíveis Incentivo relativo ao imposto de renda Provisão para participação nos resultados (PLR) Outros ajustes tributários	(54) 482 (42) (37)	(335) 1.852 (150) (201)	(265) 690 (48) (78)	(640) 1.280 (48) (151)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(40.072)	(111.044)	(38.549)	(109.582)
Impostos correntes Impostos diferidos	(41.024) 952 (40.072)	(112.544) 1.500 (111.044)	(41.159) 2.610 (38.549)	(112.161) 2.579 (109.582)
Alíquota efetiva de impostos	34%	34%	34%	34%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	30/09/2015	31/12/2014
Bases ativas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	63.915	65.647
Provisão para participação nos resultados (PLR)	765	1.111
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	1.369	1.403
Custo de transação na emissão de títulos	238	232
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	62	37
Valor justo de operações com derivativos	7.358	-
Outros	2.427	2.309
	76.134	70.739
Bases passivas		_
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(113.218)	(121.232)
Ganhos de operações com derivativos	(4.397)	-
Valor justo de operações com derivativos	(7.367)	-
Outros	(2.098)	(1.953)
	(127.080)	(123.185)
Passivo fiscal diferido líquido	(50.946)	(52.446)

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da Lei 12.973/14 (fim do RTT).

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)				
	30/09/2015	31/12/2014			
Circulante	3.297	3.297			

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo	da concessão (2)	Total		
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	
Não Circulante	20.606	23.079	136.853	120.159	157.459	143.238	

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão, foram ativados e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo da concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão da concessão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas e podem ser assim demonstradas:

	01/07/2015 a 30/09/2015			01/01/2015 a 30/09/2015			
	Transações						
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	
Controladora							
CCR S.A. (a)	-	3.047	-	-	9.139	-	
Outras partes relacionadas							
CPC (d)	-	4.811	-	-	12.427	-	
RodoAnel Oeste (f)	-	-	1.460	-	-	3.923	
Samm (g)	497			1.489			
Total, 30 de setembro de 2015	497	7.858	1.460	1.489	21.566	3.923	
Total, 30 de setembro de 2014	995	13.504		1.433	20.356	-	

	01/01/2015 a 30/09/2015						
	Saldos						
	Ativo		Passivo				
	Contas a receber	AFAC	Mútuo	Fornecedores e contas a pagar			
Controladora							
CCR S.A. (a) (b)	-	1.724	-	953			
Outras partes relacionadas CGMP (c)	60.524	-	-	-			
CPC (d)	1	-	-	1.214			
AutoBAn (c)	-	-	-	1			
RodoAnel Oeste (e) (f)	7	-	41.978	13			
Samm (g)	2.354	-	-	38			
Total circulante, 30 de setembro de 2015	61.540	-	2.357	2.219			
Total não circulante, 30 de setembro de 2015	1.346	1.724	39.621				
Total, 30 de setembro de 2015	62.886	1.724	41.978	2.219			
Total circulante, 31 de dezembro de 2014	53.183	-	871	2.157			
Total não circulante, 31 de dezembro de 2014	386	1.724	39.621				
Total, 31 de dezembro de 2014	53.569	1.724	40.492	2.157			

Despesas com profissionais chave da Administração

	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014
Remuneração (h):			(Reapresentado) (*)	(Reapresentado) (*)
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa Outros benefícios:	374	1.069	339	1.211
Provisão de participação no resultado	164	597	229	1.895
Previdência privada	22	59	18	54
Seguro de vida	2	4	1	4
	562	1.729	587	3.164

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração:

_	30/09/2015	31/12/2014
		(Reapresentado) (*)
Remuneração dos administradores	616	1.061

(*) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social para melhor apresentação.

Na AGO realizada em 16 de abril de 2015, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.900, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Adiantamento para futuro aumento de capital;
- (c) Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- (d) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (f) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória MP nº 651/14, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros serão pagos semestralmente, em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será calculado o pagamento principal;
- (g) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subseqüente após o recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M; e
- (h) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

11. Ativo Imobilizado

		30/09/2015			31/12/2014			
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	
Móveis e utensílios	11	4.050	(2.308)	1.742	3.896	(2.038)	1.858	
Máquinas e equipamentos	13	35.130	(18.486)	16.644	33.944	(16.117)	17.827	
Veículos	24	12.018	(5.506)	6.512	12.295	(4.734)	7.561	
Instalações e edificações	6	2.130	(2.035)	95	2.130	(2.015)	115	
Equipamentos operacionais	17	69.811	(44.171)	25.640	67.227	(39.889)	27.338	
Imobilizado em andamento		7.798		7.798	10.201		10.201	
	_	130.937	(72.506)	58.431	129.693	(64.793)	64.900	

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos em fase de instalação.

Movimentação do custo

	31/12/2014	30/09/2015			2/2014 30/09/2015			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final			
Móveis e utensílios	3.896	-	(17)	171	4.050			
Máquinas e equipamentos	33.944	19	(343)	1.510	35.130			
Veículos	12.295	-	(1.261)	984	12.018			
Instalações e edificações	2.130	-	-	-	2.130			
Equipamentos operacionais	67.227	-	(2.548)	5.132	69.811			
Imobilizado em andamento	10.201	7.357		(9.760)	7.798			
	129.693	7.376	(4.169)	(1.963)	130.937			
	31/12/2013		30/09/2014					
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final			
Movimento em 2014	141.102	11.598	(659)	(488)	151.553			

Movimentação da depreciação

	31/12/2014	30/09/2015				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final	
Móveis e utensílios	(2.038)	(283)	13	-	(2.308)	
Máquinas e equipamentos	(16.117)	(3.044)	302	373	(18.486)	
Veículos	(4.734)	(1.893)	1.128	(7)	(5.506)	
Instalações e edificações	(2.015)	(20)	-	- -	(2.035)	
Equipamentos operacionais	(39.889)	(6.420)	2.509	(371)	(44.171)	
	(64.793)	(11.660)	3.952	(5)	(72.506)	
	31/12/2013		30/09/2014	1		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final	
Movimento em 2014	(78 791)	(9.617)	511	4	(87 893)	

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 647 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 (R\$ 576 no período de nove meses findo em 2014). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2015 foi de 0,91% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,80% a.m. no período de nove meses de 2014.

12. Ativos Intangíveis

	_	30/09/2015			31/12/2014			
	Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido	
	%							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b)	(*)	1.369.658	(509.842)	859.816	1.319.161	(451.359)	867.802	
Direitos de uso de sistemas informatizados	21	11.742	(7.983)	3.759	10.092	(7.245)	2.847	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	1.557	(1.314)	243	1.557	(1.211)	346	
Direito da concessão - ágio (c)	(*)	251.709	(114.053)	137.656	251.709	(102.910)	148.799	
	_	1.634.666	(633.192)	1.001.474	1.582.519	(562.725)	1.019.794	

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

Movimentação do custo

	31/12/2014		30/09/2015		
_	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	1.319.161	50.497	-	-	1.369.658
Direitos de uso de sistemas informatizados	10.092	-	(313)	1.963	11.742
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.557	-	-	-	1.557
Direito da concessão - ágio	251.709			<u> </u>	251.709
	1.582.519	50.497	(313)	1.963	1.634.666
-	31/12/2013		3	30/09/2014	
_	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2014	1.509.802	49.403		488	1.559.693

Movimentação da amortização

	31/12/2014		30/09/2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(451.359)	(58.483)	-	-	(509.842)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(7.245)	(1.056)	313	5	(7.983)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.211)	(103)	-	-	(1.314)
Direito da concessão - ágio	(102.910)	(11.143)	<u>-</u>		(114.053)
	(562.725)	(70.785)	313	5	(633.192)
	31/12/2013		30/09/20	14	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2014	(474.064)	(65.128)	_	(4)	(539.196)

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;
- (b) Do montante de R\$ 1.369.658, em 30 de setembro de 2015, R\$ 105.876 referem-se à intangível em fase de construção e não disponibilizado ao usuário; e
- (c) Direito da Concessão: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 8.226 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 (R\$ 3.671 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2015 foi de 0,91% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,80% a.m. no período de nove meses de 2014.

13. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Vencimento final	30/09/2015	31/12/2014	
Alfa S.A. (Finame)	5,5% a.a.	Julho de 2017	214	302	(a)
Alfa S.A. (Finame)	7,0% a.a.	Maio de 2015		18	(a)
Total			214	320	
Circulante			116	135	
Não circulante			98	185	

Garantias:

(a) Bens financiados.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/09/2015
2016	29
2017	69
	98

Neste trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, não houve a contratação de novas operações e renegociações.

14. Debêntures

	Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo de custo de transação a apropriar em 30/09/2015	Vencimento final	30/09/2015	31/12/2014
1	. 3a Emissão Série Única	110,5% do CDI	0,2201% (a)	740	-	Fevereiro de 2015	-	22.232 (d)
	4a Emissão Série Única	108,3% do CDI	0,1723% (a)	3.862	487	Maio de 2017	312.216	444.755 (d)
	5a Emissão Série 1	106,1% do CDI	0,1611% (a)	835	420	Setembro de 2017	233.005	297.357 (d)
	5a Emissão Série 2 (c)	IPCA+5,67 % a.a.	0,3360% (b)	1.334	901	Setembro de 2019	153.722	149.491 (d)
	Total geral				1.808		698.943	913.835
	Circulante Debêntures						306.533	307.253
	Custo de transação						(1.070)	(1.506)
							305.463	305.747
	Não Circulante Debêntures Custo de transação						394.218 (738)	609.577 (1.489)
							393.480	608.088

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (b) O custo efetivo desta transação refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

(c) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 22.

Garantias:

(d) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/09/2015
2016	73.118
2017	175.230
2019	145.870
	394.218

As condições, garantias e restrições pactuadas e divulgadas em 31 de dezembro de 2014 não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação. Neste trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015, ocorreu a operação abaixo descrita:

1. Em 20 de fevereiro de 2015, ocorreu o pagamento da totalidade da 3ª emissão de debêntures.

15. Fornecedores

	30/09/2015	31/12/2014
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	10.881	10.870
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	80	233
Cauções e retenções contratuais (b)	10.171	10.004
	21.132	21.107

- (a) Os saldos da Companhia referem-se principalmente aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

16. Impostos e contribuições a recolher

	30/09/2015	31/12/2014
IRPJ e CSLL	42.549	52.839
ISS	4.485	4.342
COFINS	2.540	2.523
PIS	549	546
Outros	762	2.239
	50.885	62.489

17. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

	31/12/2014			30/09/2015		
					Atualização	
	Saldo inicial	Constituição	Pagamentos Pagamentos	Reversão	mone tária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	1.217	411	(219)	(2)	173	1.580
Trabalhistas e previdenciários	2.911	328	(332)	(546)	86	2.447
	4.128	739	(551)	(548)	259	4.027
	31/12/2013	·		30/09/2014		
Movimento em 2014	2.253	1.735	(132)	(211)	278	3.923

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 160 e R\$ 215, respectivamente (R\$ 166 e R\$ 442 respectivamente em 2014).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	30/09/2015	31/12/2014
Cíveis e administrativos	20.204	14.428
Trabalhistas	605	853
	20.809	15.281

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de setembro de 2015 é de R\$ 1.796.

18. Provisão de manutenção

	31/12/2014	30/09/2015				
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	1.188	220	81	(5.632)	18.426	14.283
Não circulante	29.357	12.995	2.482		(18.426)	26.408
Total	30.545	13.215	2.563	(5.632)		40.691
	31/12/2013		3	30/09/2014		
Circulante	18.648	1.849	1.353	(23.543)	2.590	897
Não circulante	13.367	8.232	965		(2.590)	19.974
Total	32.015	10.081	2.318	(23.543)		20.871

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2015 são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14% e 12,29% respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

19. Patrimônio Líquido

a. Dividendos

Em 27 de abril de 2015, foi aprovada em AGE, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 44.000 correspondentes a R\$ 2,9983 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 3,2981 por lote de mil ações preferenciais, à conta de reserva de retenção de lucros, pagos em 28 de abril de 2015.

b. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	01/07/2015 a	01/01/2015 a	01/07/2014 a	01/01/2014 a
	30/09/2015	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2014
Numerador				
Lucro líquido do período	78.812	218.984	75.709	214.015
Denominador Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121
	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,00537	0,01492	0,00516	0,01458
Lucro por ação preferencial - básico e diluído	0,00591	0,01641	0,00567	0,01604

20. Receitas

	01/07/2015 a	01/01/2015 a	01/07/2014 a	01/01/2014 a
	30/09/2015	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2014
Receitas de pedágio	254.080	724.005	241.337	683.580
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	21.546	44.962	17.287	49.378
Receitas acessórias	3.400	10.008	3.296	9.712
Receita bruta	279.026	778.975	261.920	742.670
Impostos sobre receitas	(22.204)	(63.408)	(21.162)	(59.977)
Abatimentos	(1)	(1)	(28)	(28)
Deduções da receita bruta	(22.205)	(63.409)	(21.190)	(60.005)
Receita líquida	256.821	715.566	240.730	682.665

21. Resultado financeiro

	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014
Despesas financeiras	30/07/2013	30/07/2013	30/07/2014	30/07/2014
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(968)	(2.563)	(650)	(2.318)
Capitalização de custos dos empréstimos	3.673	8.873	2.012	4.247
Juros sobre financiamentos e debêntures	(24.653)	(74.044)	(22.665)	(67.593)
Juros sobre impostos parcelados	-	-	(1.046)	(3.071)
Juros e variações monetária sobre mútuos	(1.460)	(3.923)	-	-
Perda com operações de derivativos	(13.410)	(23.234)	-	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(222)	(511)	(75)	(400)
Valor justo sobre debêntures e derivativos (fair value option)	(1.136)	(5.141)	-	-
Variação monetária sobre debêntures	(2.224)	(11.726)		
	(40.400)	(112.269)	(22.424)	(69.135)
Receitas financeiras	(a)	(a)		
Ganho com operações de derivativos	8.876	20.924	-	-
Juros e outras receitas financeiras	548	1.675	581	1.904
Valor justo sobre debêntures e derivativos (fair value option)	5.123	11.844	-	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.881	6.703	1.897	8.987
	16.428	41.146	2.478	10.891
Resultado financeiro líquido	(23.972)	(71.123)	(19.946)	(58.244)

⁽a) Os valores estão deduzidos do PIS e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 94.

22. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas ITR, conforme o quadro a seguir:

	30/09/2015			31/12/2014			
	Valor justo por	Empréstimos e	Passivo financeiro mensurado ao	Valor justo por	Empréstimos e	Passivo financeiro mensurado ao	
	meio do resultado	recebíveis	custo amortizado	meio do resultado	recebíveis	custo amortizado	
Ativos							
Aplicações financeiras	37.135	-	-	90.596	-	-	
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	121	-	-	115	-	-	
Contas a receber	-	4.751	-	-	2.680	-	
Contas a receber - partes relacionadas	-	62.886	-	-	53.569	-	
Contas a receber com operações de derivativos	15.347	-	-	5.669	-	-	
Passivos							
Contas a pagar com operações de derivativos	(11.463)	-	-	(7.758)	-	-	
Debêntures (a)	(153.722)	-	(545.221)	(149.491)	-	(764.344)	
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(214)	-	-	(320)	
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(28.033)	-	-	(27.569)	
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(2.219)	-	-	(2.157)	
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(41.978)	-	-	(40.492)	
Partes relacionadas - AFAC	-	-	(1.724)	-	-	(1.724)	
Obrigações com o Poder Concedente			(1.254)		-	(3.492)	
	(112.582)	67.637	(620.643)	(60.869)	56.249	(840.098)	

- (a) Valores líquidos dos custos de transação.
- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/09/	30/09/2015		2014
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	546.128	551.303	766.088	774.396

- (a) Valores brutos dos custos de transação.
- (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	30/09/2015	31/12/2014
Aplicações financeiras e conta reserva	37.256	90.711
Derivativos	3.884	(2.089)
Debêntures	(153.722)	(149.491)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da 2ª série da 5ª emissão de debêntures. Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

					Valores de (Nocio	Referência nal) (1)	Valor	Justo		brutos e liquidados		
	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Moeda	a Local	Moeda	ı Local	Moeda Recebido	a Local os/(Pagos)	Valor receber/(r	
					30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/
Posição ativa Posição passiva	BTG Pactual	27/10/2014	16/09/2019 (2)	IPCA + 5,67% a.a. 100% do CDI	75.000	75.000	77.312 (75.434)	75.371 (76.475)	(4.142)	-	7.618	
Posição ativa Posição passiva	Merrill Lynch	27/10/2014	16/09/2019 (2)	IPCA + 5,67% a.a. 99,90% do CDI	75.000	75.000	77.405 (75.399)	75.457 (76.442)	(4.141)	-	7.729	
TOTAL DAS OF	PERAÇÕES E	M ABERTO E	M 30/09/2015		150,000	150.000	3.884	(2.089)	(8.283)		15.347	

PÁGINA: 36 de 43

- (1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente;
- (2) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários, nos meses de março e setembro de cada ano, até o vencimento final.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	30/09/2015	30/09/2014
Riscos de juros	(2.310)	

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2016 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

				Efeito em R\$ no resultado		
Operação	Risco	Ve ncime ntos até	Exposição em R\$ ⁽³⁾	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2017	312.703	(48.120)	(60.230)	(72.370)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	233.425	(35.139)	(43.966)	(52.810)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Setembro de 2019	163.701	(25.039)	(28.984)	(32.929)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Setembro de 2019	(163.799)	25.414	29.452	33.489
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Setembro de 2019	150.867	(21.306)	(26.633)	(31.959)
Total do efeito de perda				(104.190)	(130.361)	(156.579)
As taxas de juros consideradas foram:						
CDI (1)				14,13%	17,66%	21,20%
IPC-A (2)				9,14%	11,43%	13,72%

- (1) A taxa apresentada acima refere-se a taxa de 30/09/2015 divulgada pela CETIP e serviu como base para o cálculo do cenário provável. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo.
- (2) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- (3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/09/2015, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

23. Ônus sobre ativos e garantias prestadas a terceiros

PÁGINA: 37 de 43

A Companhia mantêm conta poupança no montante de R\$ 121 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 115 em 31 de dezembro de 2014), para garantia de realização de compensação ambiental, conforme previsto no contrato de concessão.

24. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor no	Valor nominal		esente
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Outorga fixa	151.307	190.437	135.655	173.962

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa real de juros de 5% a.a, compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos, atualizados até 30 de setembro de 2015, estavam assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2015	15.652	14.786
2016	62.610	57.375
2017	62.610	54.643
2018	10.435	8.850
Total	151.307	135.654

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 45.721 (sendo R\$ 19.417 em caixa e R\$ 26.304 através de encontro de contas financeiras) referente ao direito de outorga fixa (R\$ 42.919 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, (sendo R\$ 18.319 em caixa e R\$ 24.600 através de encontro de contas financeiras).

b. Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 1,5% da receita bruta.

No decorrer do período de nove meses de 2015 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 10.987, referente ao direito de outorga variável (R\$ 10.339 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014).

c. Compromisso com o Poder Concedente

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 30 de setembro de 2015 esses compromissos totalizavam R\$ 552.513 (R\$ 604.312 em 31 de dezembro de 2014) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes.

PÁGINA: 38 de 43

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

d. Obras a executar

	30/09/2015	31/12/2014
Não circulante		
Obrigações com o Poder Concedente	-	2.253

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e Brigadeiro Tobias para a Companhia. Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20, de 27 de janeiro de 2011, com o objetivo de recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato de Concessão decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas, o Poder Concedente autorizou à Companhia a utilização de 28 parcelas da outorga fixa, período compreendido entre dezembro de 2010 e janeiro de 2013, e a utilização de duas parcelas da outorga variável, período compreendido entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011.

25. Eventos subsequentes

Em 07 de outubro de 2015, foi firmado contrato com o Bank of America em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 26 de outubro de 2015, através da Lei nº 4131/1962, no montante de USD 30.000 mil, equivalente a R\$ 116.475, com vencimento em 26 de outubro de 2017, remunerado à Libor de 3 meses + 2,50% a.a.. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap*, trocando a remuneração da dívida por 109,95% do CDI.

26. Demonstração dos fluxos de caixa

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram caixa no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 e 2014. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

-	30/09/2015	30/09/2014
Fornecedores	(640)	89
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(640)	89
Adições ao ativo intangível	640	(89)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	640	(89)

Composição do Conselho de Administração

Renato Alves Vale Ítalo Roppa Presidente Vice-Presidente

Antônio Linhares da Cunha Arthur Piotto Filho Leonardo Couto Vianna Marcus Rodrigo de Senna Conselheiro Conselheiro Conselheiro Conselheiro

Composição da Diretoria

Eduardo Siqueira Moraes Camargo Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura Diretor Presidente e de Relações com Investidores Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva CRC 1SP129452/O-3

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de outubro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC n° 2 SP 011609/O-8

João Rafael Belo de Araújo Filho

Contador

CRC n°1 SP 246752/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2015.

Barueri/SP, 26 de outubro de 2015.

SR. EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SR. MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

DIRETOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2015.

Barueri/SP, 26 de outubro de 2015.

SR. EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SR. MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

DIRETOR